

38° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG16 - Potências tradicionais, potências emergentes e a ordem mundial contemporânea:
dilemas, tensões e possibilidades

Desenvolvimento de Energia Renovável na Índia:
Um caminho em direção ao status de Grande Potência?

Mariana Balau Silveira
Vinícius Tavares de Oliveira

Caxambu
2014

Introdução

Uma das maiores aspirações da Índia na atualidade envolve garantir ao país a emergência enquanto uma Grande Potência autônoma, influente e respeitada pelas demais nações. Essas aspirações são baseadas, em sua maioria, em ganhar paridade com outras Grandes Potências como a China e os Estados Unidos e um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Subjacente a essas aspirações, existe o medo de ter sua influência limitada no Sul da Ásia, de ser usada como um peão em um jogo das atuais Grandes Potências (medo advindo largamente do período da Guerra Fria) ou de perder sua autonomia estratégica (OGDEN, 2011. p. 3).

Embora esses interesses não façam parte de uma Grande Estratégia, eles estão profundamente arraigados na comunidade burocrata indiana (principalmente dentre aqueles do Ministério de Relações Internacionais da Índia), pensadores políticos, políticos, jornalistas e acadêmicos, que tem permeado a história pós-independência do país. O contínuo crescimento econômico e político do país garante que esses objetivos continuem a permear e direcionar as ações do país e seu status de potência emergente (OGDEN, 2011. p. 3).

Existe, contudo, uma divergência entre acadêmicos em relação aos modos pelos quais essa ascensão ocorreria. Essas diferenças de pensamento se dão basicamente por conta da diferença de abordagens que o país deu à essa ascensão: em um primeiro momento idealista - principalmente à época do Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru - , e posteriormente, predominantemente realista, que emerge nos anos 1990 (OGDEN, 2011. p. 3).

De um lado, a autonomia indiana em questões internacionais é baseada em um neutralismo positivo e em *purna swaraj* (independência completa) da política das Grandes Potências. Essa abordagem, durante a Guerra Fria, englobou algumas políticas específicas de não alinhamento, autoconfiança, não violência e desarmamento nuclear.

Adicionalmente, a conduta indiana era baseada em uma ordem internacional do tipo internacionalismo idealista. A ordem Nehruviana atentava para a paz, harmonia, cooperação e o desenvolvimento, onde todos os países seriam tratados igualmente. O legado colonial desempenhou um papel importante nessa lógica ao instalar uma desconfiança em forças exteriores (e, por consequência, imperialista). Essa abordagem

Nehruviana era vista como uma estratégia de balanço de poder de um Estado militarmente fraco, mas com uma grande autoconfiança em um mundo bipolar (OGDEN, 2011. p. 4)

Alternadamente à abordagem idealista, existia, também, uma crença de que a Índia era destinada a conquistar o status de Grande Potência. Essa aspiração era enraizada na percepção da localização estratégica do país, sendo esse uma espécie de ponto de encontro da Ásia. Essa crença, combinada com a luta indiana pela independência, a qual os líderes indianos consideraram como uma Renascença Asiática, leva o país a desempenhar um papel dinâmico e pró-ativo nessa questão.

Adicionalmente, acreditava-se que era necessário desenvolver uma capacidade nuclear, que garantisse a independência de *capabilities* e a auto-estima do país. Essa atitude, aparentemente ligada à estratégias de *realpolitik*, tinha aspirações pacíficas, dominadas pelo entendimento de que a busca pelo poder leva à busca pelo poder e que a força gera força. A política da Índia, conseqüentemente, levou o país a adotar políticas anti-imperialistas, sem a incidência de invasão e dominação de nenhum outro país (OGDEN, 2011. p. 4).

Tendo em vista essas aspirações, esse artigo busca compreender de que modo o desenvolvimento de energia renovável na Índia pode contribuir, se irá contribuir de alguma forma, para que essas aspirações possam ser atingidas. Para tanto, será demonstrado que o grande obstáculo que o país enfrenta para conseguir seus objetivos é a falta de energia (demonstraremos isso ao falar brevemente sobre algumas teorias de potências emergentes, a partir da obra de Huelsz, 2009) e, posteriormente, algumas tentativas empreendidas pela Índia para sanar esta falta de energia serão apresentadas. Aqui, mostraremos a participação da Índia nos fóruns internacionais multilaterais relativos às mudanças climáticas e energias renováveis, onde será possível perceber alguns padrões não só da postura indiana nessas negociações, mas a postura indiana para com as instituições da governança global.

Para concluir, faremos algumas considerações sobre os programas indianos de desenvolvimento de energia renovável e demonstrar quais são os potenciais dessas iniciativas. Como hipótese, acreditamos que este desenvolvimento traz benefícios internos e externos. No primeiro caso, a redução da dependência de fontes externas e as fontes escassas domésticas pode alavancar e manter o desenvolvimento econômico indiano; já no plano externo, esse desenvolvimento pode dar à Índia um bom argumento para as renegociações do Protocolo de Kyoto que ocorrerão em 2015, manter o país em uma posição na qual ele não se vê obrigado a reduzir suas emissões de CO₂ e, de forma mais

indireta, auxiliar a posição indiana em assuntos relacionados às suas aspirações gerais de Política Externa.

1. O estado da arte, as cinco hipóteses de Huelsz e a relevância da energia

Nesta sessão, apresentaremos uma breve revisão de literatura, baseada na obra de Huelsz (2009), do estado da arte da teorização sobre as potências médias/emergentes. A ideia aqui não é focar diretamente nas teorias, mas sim em questões subjacentes e paralelas a elas, qual seja, a energia e seu papel na constituição da teorização e, por conseguinte, na definição de potência emergente.

1.1 O modelo funcional

O modelo funcional é baseado na ideia de que uma vez que alguns Estados não são potências globais, esses tem a capacidade de influenciar a política internacional em algumas áreas específicas. Esses Estados não podem ser igualados àqueles que exercem influência a todo o tempo nem com aqueles que nunca exercem influência. Assim, esses países estão situados entre as grandes potências e os pequenos Estados. (HUELSZ, 2009)

Esse modelo referia-se a uma série de “questões funcionais” nas quais alguns países deveriam se envolver. Essas questões são relacionadas aos direitos humanos, de maneira geral e deveriam ser abordadas na nova ordem internacional, mas elas não a seriam por conta das grandes potências, cabendo às potências médias fazê-lo. (HUELSZ, 2009)

Esses assuntos deveriam ser tratados em organizações multilaterais e a participação dos Estados estaria restrita a sua funcionalidade para essa organização. Esses Estados teriam, então, a responsabilidade e a capacidade de lidar com esses assuntos, diferentemente dos Estados menores. (HUELSZ, 2009)

1.2 Teorias sistêmicas-estruturais de potências médias

O modelo sistêmico-estrutural baseia-se na ideia de que a anarquia internacional seria, na verdade, caracterizada por uma organização natural da balança de poder. As abordagens sistêmicas-estruturais buscam descrever a posição de um Estado entre as

grandes potências e os Estados insignificantes dentro da economia política internacional. A ideia de uma ordem internacional centrada no Estado, hierárquica onde as *capabilities* materiais definem o poder econômico e material de um ator é, portanto, a maior referência das abordagens sistêmicas-estruturais. (HUELSZ, 2009)

Argumenta-se, então, que a distinção feita entre grandes potências e as potências médias reside na diferença entre a força (militar, política e econômica) que cada parte possui. Muitos autores definiram potências médias de acordo com pré-requisitos estatísticos tais como o tamanho territorial, tamanho das forças armadas e da economia. Wood (1990) utiliza o PIB como indicador de potência média por conta da “grande vantagem de sua objetividade”. Finlayson (1988) nos fornece, inclusive, uma margem entre valores aos quais caracterizariam uma potência média – valores entre US\$ 50 bilhões e US\$ 500 bilhões. (HUELSZ, 2009)

1.3 Sistêmico-estrutural ou abordagem comportamental?

Keohane (1969) dividiu os Estados em quatro grupos distintos de acordo com a importância desses Estados para a sociedade internacional. Existiriam, portanto, as seguintes classes de Estados: os que (1) Determinam, os que (2) Influenciam e os que (3) Afetam o Sistema e aqueles que são (4) Ineficazes ao sistema. O primeiro grupo seriam aqueles Estados que possuem a capacidade de moldar o sistema, enquanto que o segundo grupo não poderia, individualmente, fazê-lo, mas sua atuação teria uma influência significativa nesse ponto. Já os Estados do terceiro não causam impactos significantes no sistema quando agem sozinhos, mas podem fazê-lo quando trabalhando em alianças regionais ou em organizações internacionais. Já os Ineficazes são aqueles que não conseguem impactar o sistema de nenhuma maneira, a não ser quando estão inseridos em grandes arranjos de alianças ou coalizões lideradas por grandes Estados. A essas quatro categorias, Keohane (1969) denomina, respectivamente, grandes, secundárias, médias e pequenas potências. (HUELSZ, 2009)

Sua classificação não é, contudo, baseada apenas em elementos materiais, mas o autor adiciona uma dimensão psicológica. Assim, uma potência média, segundo o Keohane, seria um Estado no qual seus líderes sabem que não podem agir sozinhos, mas também sabem que sua atuação pode ser maximizada quando agindo em alianças ou em arranjos multilaterais ou organizações internacionais. É exatamente essa percepção que

molda e explica a atuação de médias e pequenas potências em organizações internacionais. Esses Estados utilizam-se das organizações internacionais para “promover atitudes favoráveis à sua sobrevivência” (Keohane, 1960. p. 296). (HUELSZ, 2009)

1.4 O modelo comportamental

O modelo comportamental identifica potências médias como aqueles Estados que desempenham um papel de destaque em operações de paz, mediações e comunicação, além de possuírem um grande apreço por arranjos multilaterais e estão fortemente ligados à resolução de questões consideradas de segunda ordem, como a proteção ambiental, garantia dos direitos humanos e etc. (HUELSZ, 2009)

O modelo comportamental buscava tirar a ênfase na questão da liderança da sociedade internacional e voltava sua atenção para os seguidores dos supostos líderes. Assim, potências médias seriam aquelas que seguem os líderes quando os últimos demonstram, em suas ações, valores e crenças similares às das potências médias. Embora as potências médias não sejam capazes de agir e moldar o ordenamento internacional graças a suas limitações, elas são capazes de focarem-se em alguns pontos limitados e que podem afetar a economia política internacional. Fazendo isso, essas potências médias tornam-se líderes nesses quesitos. Assim, as potências médias não seriam mais definidas por suas *capabilities* estruturais ou materiais, mais sim por sua habilidade de tomar a iniciativa em arranjos multilaterais e, utilizando-se da diplomacia, encontrar soluções para problemas comuns. (HUELSZ, 2009)

1.5 Novas (ou emergentes) potências médias

Alguns autores tentaram incluir as novas potências médias no mesmo grupo de Estados que as potências médias tradicionais. Esses autores baseavam-se em critérios sistêmicos e quantitativos e esqueciam das diferenças contextuais e socioeconômicas entre os países já pertencentes ao grupo de potências médias (Austrália, Suécia, Noruega e etc) e as novas potências médias (Brasil, China, Índia e etc). (HUELSZ, 2009)

Cooper (1997) tentou incluir as novas potências médias no debate sobre o termo ao expandir os parâmetros para o debate. O autor identifica três ondas de novas potências médias: a primeira ocorrendo nos anos 1970, e trazia países do movimento dos não-

alinhados, como Brasil, Índia, Indonésia e etc. Nos anos 1980 foi a vez de países como México, Nigéria e Argélia emergirem como potências médias. A terceira onda é composta de países como Argentina e Malásia e é baseada na habilidade dos países em adotarem a diplomacia de coalisão e agirem em grupos. (HUELSZ, 2009)

Afirma-se que as duas primeiras ondas acabaram desaparecendo assim que emergiram, mas já a terceira onda, em contrapartida, possui uma grande habilidade de sobreviver. Ele afirma que a terceira onda altera o entendimento de qual seria o comportamento desses países. Ao invés de colocar o comportamento nos eixos de forma e escopo, Cooper sugere colocar esses países nos eixos de intensidade e objetivo, onde o primeiro conceito diz respeito à intensidade do estilo diplomático e o último conceito sobre o foco da atividade diplomática. (HUELSZ, 2009)

1.6 As cinco hipóteses de Cornélia Huelsz sobre as potências médias emergentes

A partir das teorias apresentadas até aqui sobre a classificação e o comportamento de países enquanto potências médias emergentes, Huelsz apresenta cinco hipóteses que poderiam sintetizar, de uma maneira mais eficaz, essas teorias e criar um novo entendimento sobre esses países. As hipóteses são identificadas e explicadas abaixo.

1) Potências emergentes tem uma forte identidade internacional, que é baseada numa clara visão de mundo que o país possui sobre qual é sua posição e potencial no ordenamento internacional.

2) Potências emergentes são aqueles países que tradicionalmente estão situados em contextos estruturais diferentes daqueles países industrializados, mas na qual suas *capabilities* se desenvolveram a tal ponto que lhes permite exercer alguma influência na economia global. (HUELSZ, 2009)

3) O comportamento de potências emergentes tende a ser influenciado por uma agenda internacional diferente das potências médias tradicionais. Isso significa que as potências emergentes não necessariamente dão ênfase ou se envolvem diretamente em assuntos que requerem um senso de moralidade ou ético com respeito à sociedade internacional. (HUELSZ, 2009)

4) As potências emergentes são aqueles Estados que tem estratégias de caráter reformista. (HUELSZ, 2009)

5) Potências emergentes são, também, potências regionais. (HUELSZ, 2009)

Dois fatores, naturalmente, se destacam nas definições dos autores acima: poder e economia. As potências médias emergentes são assim classificadas porque tem capacidades suficientes, seja para exercer certas funcionalidades no sistema, ou para se comportar de certa forma (revisionista, por exemplo) e também por terem desenvolvido suas capacidades, apesar do contexto no qual seu desenvolvimento se deu. Estes atributos (poder, numa perspectiva materialista, e econômico) requerem, contudo, energia para serem adquiridos e, posteriormente, mobilizados.

Desta forma, fica evidente a centralidade da energia, ou seja, não se mantém uma economia pujante, com desenvolvimento industrial forte, sem energia. Da mesma maneira, não se desenvolve equipamentos militares (que também requerem uma indústria forte) com um sistema energético falho.

A energia é composta por vários fatores, que vão desde o carvão ao petróleo, passando por energia nuclear, solar e outras, chamadas de fontes renováveis. A energia desponta, portanto, como um fator que permite as potências emergentes de serem e atuarem enquanto tal. A falta de energia, ocasionada por falta de reservas destes fatores apontados acima, pode, portanto, trazer sérias ameaças ao projeto de um país em se tornar Grande Potência, passando pelo estágio de potência emergente.

Nas próximas sessões, então, apresentaremos o caso Indiano, que possui uma falta severa de recursos energéticos, particularmente carvão e petróleo, e apresentaremos uma possibilidade que pode ser interessante para sanar esta lacuna: o desenvolvimento de energia renovável.

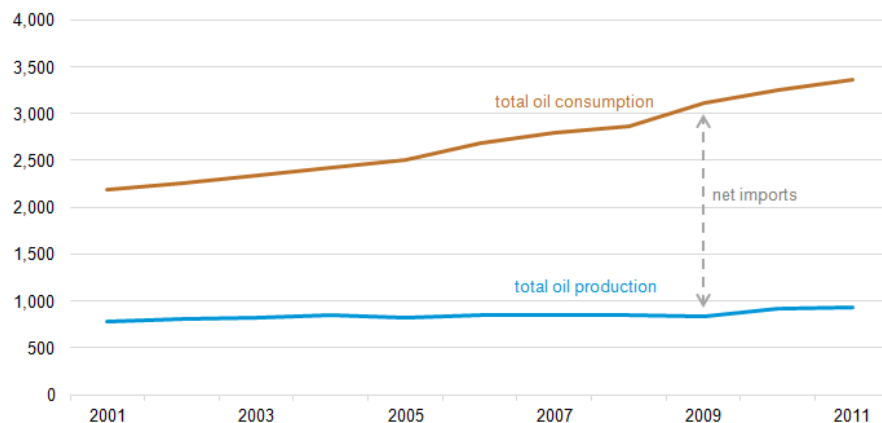
2. Falta de energia na Índia e o desafio da obtenção de recursos

De acordo com o US Energy Information Administration (EIA), o país consome cerca de 3,410.54 barris petróleo por dia, enquanto que sua produção não passa de mil barris por dia, conforme o gráfico a seguir. Isso torna a Índia dependente de petróleo estrangeiro em mais de 60%. Já no caso do gás natural o cenário não é muito diferente; enquanto o país consome 2,260.51 bilhões de pés cúbicos, produz apenas 1,681.70. (EIA, 2013)

Figura 1: Produção e Consumo de Petróleo na Índia (2001- 2011)

India oil production and consumption, 2001-2011

thousand barrels per day

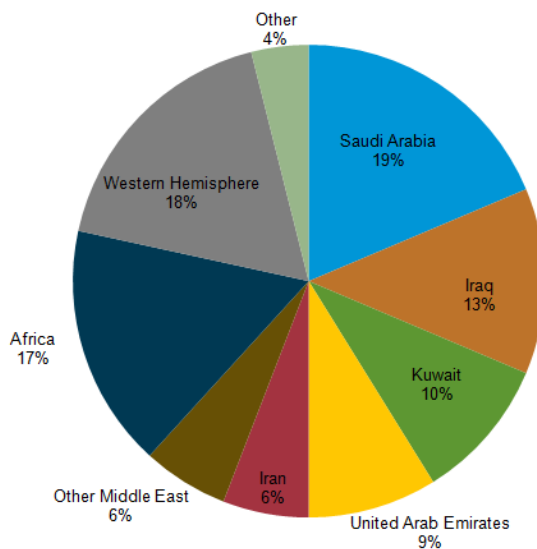


Source: U.S. Energy Information Administration, International Energy Statistics

Adicionalmente a esse problema de subprodução, a Índia também importa a maior parte de seu petróleo bruto (cerca de 63%) a partir de países do Oriente Médio, uma região que é historicamente instável. O gráfico abaixo mostra a origem das importações de petróleo Indiana.

Figura 2: Importação de Petróleo Bruto na Índia, por fonte (2012)

India crude oil imports by source, 2012



Source: U.S. Energy Information Administration, International Energy Statistics, Lloyd's List Intelligence.

No setor de petróleo, especificamente, há cinco grandes empresas realizando negócios no mundo inteiro, sendo três delas empresas estatais (SOE) e duas empresas privadas. As empresas estatais são ONGC (e OVL), IOCL, OIL, e as empresas privadas são RIL e Essar Energy. Três dessas empresas aparecem na lista das maiores empresas do mundo da Fortune 500 e quatro deles são exibidos no Platts Global Energy Company Rankings.

Tabela 1 - Empresas petrolíferas indianas na Fortune 500 2005-2012

Empresa	País	Tipo	Ranking por ano							
			2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
IOCL	Índia	SOE	170	153	135	116	105	125	98	83
RIL	Índia	Private	417	342	269	206	264	175	134	99
ONGC	Índia	SOE	454	402	369	335	402	413	361	357

Fonte: Fortune 500 Global 2005-2012

Tabela – 2 Platt 2010 ranking de empresas de petróleo Indianas

Empresa	País de Origem	Ranking
ONGC	India	21
RIL	India	24
IOCL	India	42
Essar Energy	India	225

Fonte: Compilado a partir de Platts Top 250 Global Energy Company Rankings

Conforme dito acima, a maior parte das importações de petróleo da Índia vem de países do Oriente Médio, sendo que parte dessas importações passa pelo Paquistão, país com o qual a Índia possui uma rivalidade histórica e não solucionada. Isso se torna um problema seríssimo para o país, que vê sua dependência extrema de recursos energéticos ter que passar por um grande e implacável inimigo. Uma tentativa de amenizar a situação passa por tentar adquirir recursos na África.

3. Desenvolvimento de energia renovável na Índia

Desde o início da década de 2000 as empresas indianas têm mostrado mais apoio às medidas nacionais de mitigação dos efeitos do aquecimento global e, com mais efeito, ao desenvolvimento de alternativas energéticas: como na China, o crescimento da demanda em energia faz com que o abastecimento de carvão e petróleo suficiente seja difícil para as empresas indianas. Em adição a esses fatores, alguns eventos relacionados ao clima, como a inundação em Mumbai, em 2005, levaram empresas a considerar relevante o risco decorrente das alterações climáticas.

Grandes empresas indianas, como o Grupo Tata e o produtor de eletricidade NTPC possuem planos próprios de mitigação e metas de redução de emissões. A Confederação das Indústrias Indianas (CII) expressou opiniões positivas em relação às estratégias de baixo carbono e possibilidades de inovação verde. A Confederação é, também, um grande impulsionador da implementação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, ou MDLs¹, na Índia (AAMODT & VIOLA, 2013).

No que diz respeito à posição política indiana em assuntos climáticos, a oposição em relação à mitigação doméstica foi grande até 2007, quando o Primeiro Ministro lança o Conselho sobre Mudança Climática, cujos membros são atores empresariais e representantes de ONGs. O Plano Nacional de Ação Climática, criado a partir desse conselho, é um compromisso com o desenvolvimento sustentável e, tanto a mitigação, quanto o desenvolvimento de energias renováveis, são co-benefícios dessas políticas (AAMODT & VIOLA, 2013).

Outra ação, nesse sentido, foi a criação da Missão Solar Nacional em 2010, por parte do governo de Manmohan Singh, objetivando dobrar a capacidade energética renovável do país até 2017. Essa iniciativa evidencia a tendência, iniciada na última década, de ampliação da capacidade energética a partir das fontes eólica e solar - de acordo

¹ Mecanismos de Flexibilização que visam auxiliar a redução de emissões de gases do Efeito Estufa – preveem a implantação de projetos cujo financiamento seria proveniente de países Anexo I, que comprariam créditos cujo valor seria debitado das taxas previstas de redução. São divididos em 15 categorias, que vão de geração de energia à sua distribuição. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4007.html> . Acesso em 12/12/2013.

com estimativas do Lawrence Berkeley National Laboratory (EUA), o potencial para a energia eólica na Índia é de 10 lakh MW², e 20 lakh MW para a energia solar³

A partir desse programa, a Índia já dobrou sua capacidade energética renovável no ano de 2013 e está atualmente em fase de planejamento da construção da maior usina solar do mundo, que geraria 4 gigawatts no estado noroeste do Rajastão⁴.

Por fim, em mais uma indicação de que a energia renovável tem um grande papel a desempenhar no futuro da Índia, no ano passado, a maior empresa de carvão do mundo, Coal India, iniciou um projeto objetivando a construção de usinas solares comerciais visando o corte de gastos e ampliação da produção energética.

Visando a ampliação de seu quadro de renovação energética, a Índia lança mão de sua participação em fóruns multilaterais relacionados a essa questão objetivando a captação de recursos e a manutenção de sua posição atual, que não exige redução obrigatória de emissões.

Buscando a compreensão da posição indiana nas negociações ambientais relacionadas à questão energética, um breve histórico de sua inserção na governança ambiental global será apresentado, seguido da contemplação dos recursos captados para o desenvolvimento energético e do impacto desses fatores na inserção indiana.

4. A inserção da Índia na Governança Ambiental Global

A criação do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, em 1992 na I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), cujo principal mecanismo é o Protocolo de Quioto, evidenciou as diferenças nos processos de desenvolvimento dos países e dividiu as responsabilidades de redução de emissões com base nas responsabilidades históricas dos países e nas emissões de gases poluentes à época.

O resultado foi uma separação entre os denominados países do Anexo I (países da OCDE e União Soviética, cujas emissões são históricas e representavam a maior parcela mundial de poluição atmosférica), com taxas obrigatórias de redução e prazos; e não-Anexo I (demais países), cuja redução não seria obrigatória.

² 1 Lakh MW é uma unidade de medida equivalente a 100.000 MW.

³ Disponível em: < <http://www.thehindu.com/business/Industry/planning-commission-india-to-double-renewable-power-capacity-by-2017/article5680899.ece> > Acesso em 21/12/2013.

⁴ Disponível : < <http://thinkprogress.org/climate/2014/01/21/3184561/india-solar-target-success/> > Acesso em 21/12/2013.

Essa divisão trouxe à negociação ambiental o que seria o corolário a partir do qual os países atuariam - o Princípio das Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas:

Os Estados deverão cooperar em espírito de solidariedade mundial para conservar, proteger e restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra. Na medida em que tenham contribuído em graus variados para a degradação do meio ambiente mundial, os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas [...]⁵

Essa divisão proporciona aos países não-Anexo I a garantia de um desenvolvimento sem restrições obrigatórias a suas emissões e o recebimento de financiamento de substituição de fontes fósseis por renováveis, proveniente de um dos instrumentos utilizados na garantia do princípio, os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDLs).

Nas últimas décadas, desde a criação do regime e ratificação do protocolo, a Índia adquiriu um caráter de obstinação e negação de responsabilidade na redução de emissões, alegando não possuir índices alarmantes. O país se recusa, estritamente, a assumir compromissos internacionais vinculativos visando à redução ou limitação de suas emissões de GEE, ou outros compromissos, como metas para setores industriais. Isso dá a Índia status de “naysayer” no regime (VIHMA, 2011; NARLIKAR, 2011).

Delegados indianos na COP 13 argumentaram que assumir tais compromissos de mitigação poderia "manter os países em desenvolvimento pobres por mais três gerações". A racionalidade por trás da argumentação indiana é baseada, principalmente, na ideia de responsabilidade histórica que os países do Anexo I possuem (VIHMA, 2011).

Esse é, pois, uma espécie de padrão de comportamento da Diplomacia Indiana, conforme afirma Narlikar (2013), de negociar com Grandes Potências e organizações internacionais valendo-se de justificações moralistas e apelo a ideias de justiça e igualdade. (NARLIKAR, 2013).

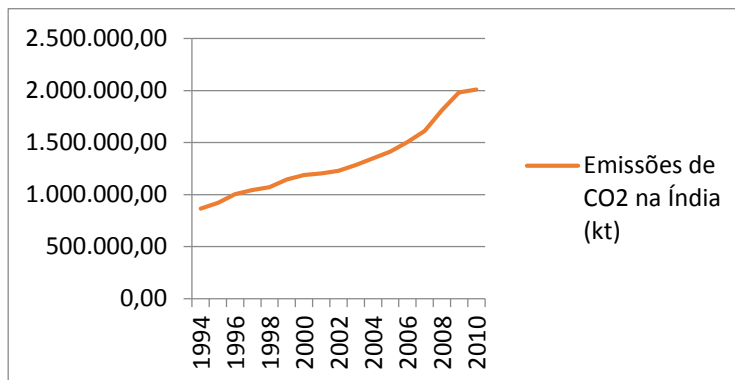
A iminência da reforma no Protocolo de Quioto, prevista para 2015 na COP 21, em Paris, porém, representa um desafio aos países não-anexo I, que contemplam a possibilidade de recebimento de metas obrigatórias e perda dos benefícios decorrentes de sua posição atual. A Índia, nesse contexto, tem se alinhado com os demais países que não possuem compromissos vinculativos, como China, África do Sul e Brasil (por meio da

⁵ Princípio 7º da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992.. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em 12/12/2013.

plataforma BASIC) e expressado, com mais efeito desde a COP 15, seu objetivo de implantar alternativas sustentáveis.

Essas ações são reflexo do crescimento das emissões de CO₂ na Índia, observado desde 1994:

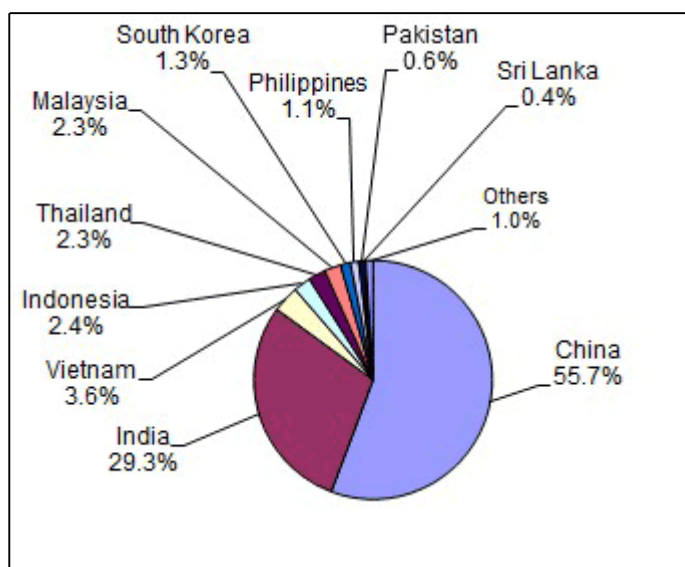
Gráfico 1: Emissões de CO₂ da Índia (por kt)



Fonte: Banco Mundial (2011).

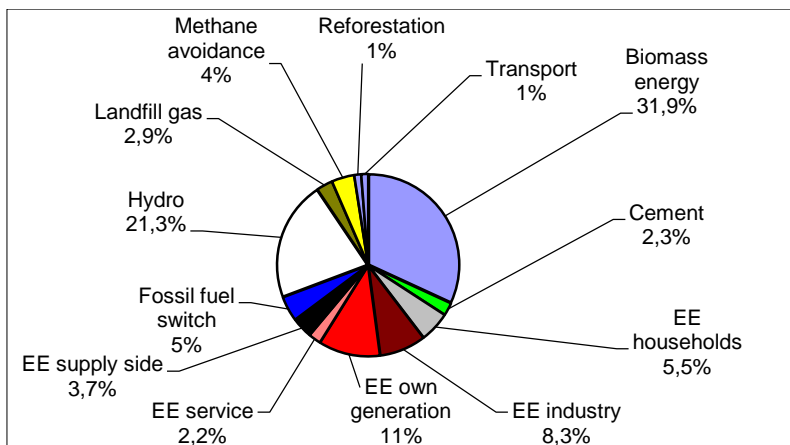
A Índia, nessa posição, utiliza os MDLs objetivando a ampliação de sua capacidade energética. Os gráficos abaixo demonstram a distribuição dos projetos na região asiática e a porcentagem por tipo de projeto no país:

Gráfico 2: Número de Projetos MDL na Ásia por país



Fonte: Produzido por Jørgen Fenhann. UNEP, 2014.

Gráfico 3: Número de Projetos MDL na Índia por tipo



Fonte: Produzido por Jørgen Fenhann. UNEP, 2014.

A participação indiana na recepção de financiamentos para projetos MDL é, como demonstrado no gráfico 1, a segunda maior na Ásia (29,3%), ficando atrás apenas da China (55,7%).

O gráfico 2 demonstra a distribuição dos financiamentos recebidos pela Índia para o desenvolvimento de alternativas renováveis e mitigação dos efeitos do aquecimento global. É possível observar que a maior porcentagem do financiamento é destinada ao desenvolvimento de fontes renováveis (53,2%), o que poderia demonstrar o objetivo indiano de priorizar esse setor em relação aos demais. A Missão Solar Nacional indiana, citada anteriormente, é financiada como um projeto MDL⁶ e será responsável, caso o projeto seja completo, pela construção da maior usina solar do mundo.

Os indicadores citados demonstram a importância da posição indiana no regime para o projeto do país de ampliação de sua capacidade energética – uma mudança na arquitetura do protocolo de Quioto representaria a eliminação do financiamento de boa parte seus projetos no setor de energia.

⁶ Disponível em: <http://www.energynext.in/indias-largest-solar-projects-registered-for-cdm/>. Acesso em 18/12/2013.

5. Desenvolvimento de Energia Renovável na Índia: Um caminho em direção ao status de Grande Potência?

O caminho rumo ao desenvolvimento de energia renovável na Índia visando à independência energética contribuiria, comprovando a hipótese inicialmente apresentada, para as aspirações do país de aproximação do status de Grande Potência.

Um dos principais obstáculos a essa aspiração, como explicitado, é a falta de energia: a conclusão, aqui, é de que grande parte do projeto de ampliação energética da Índia inclui o desenvolvimento de alternativas renováveis que possam diminuir sua dependência externa nesse setor. Para que isso ocorra, então, o país tem lançado mão de mecanismos próprios do regime específico – a posição da Índia enquanto não-Anexo I permite a obtenção de financiamentos e não prevê metas vinculativas e obrigatórias de redução.

Essa ação tem reflexos sobre a percepção internacional dos países em relação à Índia na questão ambiental – o país é visto cada vez menos como um “naysayer”, o que demonstraria comprometimento com a questão e poderia garantir um argumento razoável nas negociações futuras que poderiam lhe tirar os benefícios que possui hoje.

Da mesma forma, é interessante notar que a adoção dessas medidas, advindas tanto da percepção da situação internacional quando de uma mudança de paradigma da política doméstica, poderia apontar para uma maior responsabilidade indiana na provisão de bens públicos internacionais. Aqui, fazemos referência às observações de Narlikar (2011; 2013) sobre a noção de responsabilidade enquanto a “habilidade e disposição em prover bens públicos globais”. (NARLIKAR, 2011; NARLIKAR, 2013)

Ainda que se possa discordar de partes de seu argumento, Narlikar tem um bom ponto no que diz respeito à aceitação por parte das Grandes Potências das Potências Emergentes. Afirma-se que essa se dará a partir do momento em que a última começar a jogar o jogo da primeira.

Especialmente para as potências emergentes com grandes aspirações de poder, a assunção de tais responsabilidades podem sinalizar o seu compromisso com o sistema e, assim, fazer a sua entrada em fóruns de tomada de decisões e concertos emergentes um pouco mais fácil. Para a potência emergente que adquire participações crescentes no sistema, especialmente se os esforços foram feitos para acomodá-lo, uma lógica semelhante aplica-se: podemos esperar uma maior voz e influência no sistema para a potência emergente de traduzir em uma

maior vontade de investir também na preservação do sistema. (Narlikar, 2011. p. 1608)

A relação da ampliação do fornecimento energético indiano com o seu crescimento econômico é ligada a ideia de desenvolvimento de capabilities visando dois objetivos principais: internamente, a autonomia energética e a eliminação gradual da dependência e, externamente, a inserção internacional e a garantia de uma posição vantajosa do ponto de vista do desenvolvimento, no regime ambiental.

Em relação aos objetivos internos, a dependência energética indiana, que passa dos 60% hoje, representa um entrave à obtenção do status de Grande Potência objetivado pelo país. A eliminação dessa dependência vai passar, então, pela ampliação da capacidade interna autônoma de geração de energia e os projetos de implantação de fontes renováveis representam a possibilidade mais direta e concreta de obtenção dessa autonomia.

Do ponto de vista externo, a participação mais cooperativa e ativa da Índia nos regimes ambientais, em relação à décadas passadas, seria uma demonstração da importância que o projeto de ampliação energética tem no desenvolvimento do país, com reflexos em sua própria política externa.

A partir desse quadro, um caminho provável é a diminuição da dependência e, como decorrência, a aproximação da Índia daquilo que seria considerada uma Grande Potência, ao menos no que diz respeito à capacidade de geração de energia. Não estamos dizendo, contudo, que o desenvolvimento de energia renovável no país garantirá, automaticamente, o status de Grande Potência. Alternativamente, afirmamos que o caminho para este status passaria por uma redução da dependência externa e uma espécie de adequação às normas da governança climática internacional.

A possibilidade de ser autossuficiente energeticamente é altamente atraente e auxilia o país a exercer as funções, efeito sistêmico ou desenvolvimento econômico e militar que as teorias de potência emergente elencam como condição necessária para a categorização enquanto potência emergente e, posteriormente, Grande Potência.

Referências

AAMODT, Solveig; VIOLA, Eduardo. **A Capacidade de Influenciar:** Empresas e ONGs nas Políticas Climáticas dos Países do BASIC. Artigo apresentado ao 37º Encontro Anual da ANPOCS. 2013.

HUELSZ, Cornélia. **Middle Power Theories and Emerging Powers in International Political Economy: A Case Study of Brazil**. Manchester: University of Manchester. 2009.

NARLIKAR, A. **Is India a Responsible Great Power?** *Third World Quarterly* [S.I.], v. 32, n. 9, p. 1607-1621, 2011.

NARLIKAR, A. **India rising: responsible to whom?** *International Affairs* [S.I.], v. 89, n. 3, p. 595-614, 2013.

OGDEN, Chris. **International 'aspirations' of a rising power**. In: *India Handbook of International Relations*. London: Routledge. 2011.

VIHMA, A. **India and the Global Climate Governance: Between Principles and Pragmatism**. Sage Publications. 2011.

Sítios da Internet

Banco Mundial. India Emissions. Disponível em: <worldbank.org/all?qterm=india%20emissions> Acesso em 12/12/2013.

Climate Progress. India Almost Doubled its Solar Power in 2013 with Big Plans for More. Disponível em: <<http://thinkprogress.org/climate/2014/01/21/3184561/india-solar-target-success/>>. Acesso em 21/12/2013.

Hindu Times. India to Double renewable Power Capacity by 2017. Disponível em: <http://www.thehindu.com/business/Industry/planning-commission-india-to-double-renewable-power-capacity-by-2017/article5680899.ece>. Acesso em 12/12/2013.

Mecanismos de Desenvolvimento Limpo. Disponível em Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4007.html>. Acesso em 12/12/2013

ONGC. African Assets. Disponível em < <http://www.ongcvidesh.com/Assets.aspx?tab=2> > Acesso em 28/09/13.

Princípio 7º da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em 12/12/2013

UNEP. Pipeline Analysis and Database. Disponível em <http://cdmpipeline.org/> Acesso em 14/12/2013.

US Energy Information Administration: India Report. Disponível em < <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=IN> > Acesso em 13/10/13

